



Rosângela Oliveira, mãe de Laís: preocupada com o preconceito e com a informação de que o governo não repassa verbas suficientes para a escola, pois “os alunos especiais não são considerados fundamentais”

# Aluno especial, escola diferente

*Governo quer transferir para escolas regulares os alunos portadores de necessidades especiais. Pais resistem*

Barbara Semerene  
Especial para o **Correio**

Quando a diretoria do Centro de Ensino Especial II (CEE II), da 612 Sul, anunciou pela primeira vez aos pais, dia 4 último, que a partir do ano que vem alguns de seus alunos com necessidades especiais serão encaminhados para colégios regulares, Rosângela Oliveira estremeceu. Sua filha Laís, de quatro anos, tem má-formação do cérebro e precisa de diversos cuidados especiais. Acostumada a vê-la convivendo apenas com outros alunos especiais, Rosângela tem medo de enfrentar o preconceito ou de ver sua filha sem colégio.

Ela acredita que as escolas regulares da rede pública não estão preparadas para receber alunos especiais, e que a situação não vai mudar até o ano que vem. A maioria dos outros pais de alunos do CEE II também está preocupada com a mudança, tanto que, no último sábado, formulou uma petição pública contra o projeto, que foi encaminhada ao Ministério Público. Além disso, foi formada uma comissão de oito pais que vai apresentar uma contraproposta hoje, às 14h30, na Divisão Especial da Fundação Educacional, com a presença de um representante do Sindicato dos Professores e outro do Ministério Público.

Um dos itens presentes na contraproposta é sobre o fechamento do CEE II. A transferência de alguns alunos para o ensino regular provavelmente acarretará a fusão do CEE II com o Centro Integrado de Ensino Especial (CIEE) da 912 sul, que também tem em seus planos o projeto de inclusão. “Não queremos que isso aconteça, pois a estrutura física do CEE II é muito melhor, passou por uma reforma em 1997”, garante Rosângela, apreensiva.

“O CIEE só tem alunos maiores de 14 anos e já houve até espancamento lá dentro”, diz outra mãe, Maria Valdete Silva, cuja filha, Larissa, de cinco anos, é deficiente física severa. “Apesar de o CIEE ser dividido em módulos, não há controle absoluto sobre os alunos lá dentro. Há sempre o perigo de os alunos maiores e com deficiências mais sérias se misturarem com os

menores, pois eles passeiam pela escola. Além disso, o colégio não tem fraudário e há mais de 20 anos não é reformado.”

A maioria dos pais acredita que o projeto de inclusão tem por finalidade apenas a contenção de despesas do Governo do Distrito Federal (GDF) com o ensino especial. Segundo Rosângela, na reunião do dia 4, a diretora do CEE II, Cláudia Osório, disse que o governo não está repassando verbas suficientes para os centros de ensino especial e usa a justificativa de que só tem compromisso com o ensino fundamental. “Os alunos especiais não são considerados fundamentais, porque não produzem nada”, diz a Rosângela, amargurada.

## OS RECURSOS SÃO MINGUADOS

*FNDE cortou a verba e diretora promove eventos para obter dinheiro que falta*

A diretora do CEE II, no entanto, argumenta que o GDF não vai gastar menos com os alunos portadores de necessidades especiais, já que eles não serão descartados da rede pública, mas apenas transferidos para uma escola regular, que será adaptada para recebê-los.

“Realmente, este ano o Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE) cortou a verba que repassava para o CEE II no ano passado (R\$ 700), mas uma boa administração sempre arranja outras formas para compensar essa falta”, explica Cláudia, que promoveu eventos na escola para arrecadar o dinheiro que não veio do governo. O CEE II também sobrevive com a renda de R\$ 1.760 do suprimento de fundos.

Tem quase 300 alunos, professores de educação artística, educação física, educação musical, dentista e agente de saúde. Aparentemente, os pais estão assustados porque não foram devidamente informados sobre o projeto de inclusão. Não tiveram acesso a detalhes sobre os critérios de seleção dos alunos especiais capacitados para frequentar colégios regulares,

nem o processo de adaptação das escolas que irão recebê-los.

Desde o dia 4, já houve três reuniões. “Mas nunca nos explicaram de que forma será feita a inclusão”, diz a psicóloga Cristina Borges, mãe de Larissa, de 15 anos, que tem paralisia cerebral e estuda no CIEE. “Minha filha não tem condições de acompanhar uma turma de 8ª série, e como uma adolescente pode ficar com crianças normais em uma sala de alfabetização?”

“Os pais não tiveram até agora a oportunidade de discutir o projeto, ele apenas nos foi imposto”, reclama Maria Valdete.

A professora Eneida de Sá, diretora da Divisão de Ensino Especial do Departamento de Pedagogia da Fundação Educacional, explica que o projeto de inclusão está previsto na legislação brasileira desde 1996 — tanto na Constituição (artigo 208, inciso III), como na Lei de Diretrizes e Bases (artigo 57, capítulo V). Visa à integração do aluno especial na sociedade. É uma ideologia que vai contra o encasulamento do deficiente. Segundo a professora Eneida, as escolas especiais roubam do indivíduo seu potencial de crescimento.

“A intenção do projeto de inclusão é dar ao aluno especial a melhor qualidade de vida e o direito ao tratamento igualitário”, explica Cláudia, a diretora do CEE II. “Eles não podem ser segregados da sociedade. Os pais de crianças portadoras de necessidades especiais estão receosos com a mudança porque são muito ansiosos e preocupados.”

Inicialmente, apenas os colégios especiais do Plano Piloto — o CEE II e o CIEE da 912 sul — participarão do projeto de inclusão. “Começará aos poucos porque a administração da região deverá ter um controle e uma fiscalização rígida do andamento do processo”, explica a professora Eneida.

Cerca de 20 escolas de 1º e 2º graus do Plano Piloto foram selecionadas para participar do projeto de inclusão. São escolas que há quatro anos já têm alunos especiais matriculados. Mas o projeto é muito mais do que apenas aceitar um aluno especial na escola regular.

## QUEM VAI E QUEM FICA

*Será preciso autorização dos pais para incluir os alunos no ensino regular, ficando três em cada sala*

Cada escola regular receberá alunos com apenas um tipo de deficiência e deverá ter uma sala de apoio contendo um ou mais professores do ensino especial. Eles serão responsáveis pelo atendimento a alunos deficientes, no horário em que não estão atendendo às aulas. Esses

professores também darão orientação aos professores do ensino regular. Haverá apenas três alunos especiais em cada sala de aula. E o GDF deverá abrir mais turmas nos colégios que vão aderir ao projeto de inclusão.

Quem definirá primeiramente se um aluno tem capacidade ou não de ser transferido para um colégio regular é o professor do aluno no colégio especial. Se houver dúvidas, uma equipe de apoio psicopedagógico avaliará o aluno. A professora Eneida garante que só serão escolhidos alunos com capacidade de socialização e que têm boa situação cognitiva (de absorver conhecimentos). Deficientes múltiplos, severos e autistas com mais de 12 anos estão descartados da inclusão. Estes precisam de apoio extremamente especializado.

Além disso, será necessária a autorização dos pais para incluir o aluno no ensino regular. Os que não quiserem que seu filho saia do centro especial terão de assinar um termo de compromisso.

Segundo Eneida, até o final do mês, a Fundação Educacional realizará um treinamento de 100 horas, dirigido a 400 professores do ensino regular, para orientá-los sobre a inclusão do aluno especial. Mas não se sabe ainda a data e o local certos.

E o que acontecerá com os alunos que ficam? Eneida confirma que provavelmente haverá a fusão do CEE II e do CIEE da 912 sul. Os alunos do CEE II deverão ser transferidos para o CIEE. “Apesar de o CEE II estar em melhores condições físicas, ele não é dividido em módulos, enquanto o CIEE é, e os alunos precisam ser separados de acordo com sua idade e deficiência”, explica Eneida, que planeja fazer do CEE II uma pré-escola que atenderá tanto a alunos especiais como os ditos normais, de quatro a seis anos.

## PERIGOS E DESAFIOS

*Pais de alunos normais têm medo de seus filhos serem agredidos ou repetirem comportamentos*

A pergunta que percorre a mente de pais e profissionais de educação nesse momento transitório é: o projeto de inclusão vai dar certo no Distrito Federal? “Não há recursos para educação no nosso país suficientes para isso”, acredita a psicóloga Cristina Borges, mãe de Larissa. “E, pelo que entendi, a Fundação Educacional não tem uma proposta adequada. Nossos filhos precisam de muito mais do que apenas um professor do ensino especial na escola regular. Eles precisam de fonoaudiólogos, fisioterapeutas, psicomotricistas.”

Pode-se ter algumas pistas do que vai acontecer a partir da experiência das escolas regulares que já têm alunos especiais matriculados. Apesar de não terem a obrigatoriedade de oferecer um atendimento especializado (como a sala de apoio prevista no projeto de inclusão), todas as escolas do DF (assim como no resto do Brasil) são obrigadas a atender alunos com necessidades especiais. Atualmente, 400 escolas regulares da rede pública recebem alunos especiais. E as particulares não ficam de fora.

O Colégio Batista de Brasília (CCB), na 905 sul, por exemplo, desde 1990 vem matriculando crianças autistas e com dificul-

dades físicas. Mas informa não estar preparado para receber crianças com síndrome de Dawn, por exemplo, que requer cuidados muito mais especializados.

Este ano, há dois alunos especiais no CCB. O colégio orienta os professores a se inteirarem, por meio de livros e da Internet, sobre a dificuldade do aluno especial que têm em sua turma. Profissionais de fora do colégio também estão autorizados a acompanhar o aluno, como faz a psicóloga Jaqueline Santos. Há dois meses, ela foi contratada pelos pais de um aluno especial que frequenta o CCB, para acompanhá-lo em sala de aula.

“Aqui, ele tem acesso a um ambiente criativo que incentiva seu desenvolvimento”, afirma Jaqueline. “O contato com crianças com desenvolvimento normal é muito importante, desde que haja a estruturação da escola regular”, pondera.

Cristina discorda: “Conviver com alunos normais é ruim para a auto-estima do aluno especial”. Ela fala por experiência própria. Quando sua filha tinha seis anos, começou a frequentar o Jardim de Infância da 102 sul. “Por quatro meses, ela reclamava que as crianças batiam nela. Melhorou depois que fui à escola e conversei com o professor e os coleguinhas. Mas, depois de quase um ano, ela começou a se recusar a voltar para a escola, dizendo que não conseguia fazer os trabalhos como seus amiguinhos.”

Segundo a coordenadora de Educação Infantil do CCB, Rosane Cordeiro, no início, a entrada de alunos especiais no colégio foi um choque para os pais, que tinham medo que eles fossem agressivos com seus filhos ou que estes repetissem seus comportamentos. Consequentemente, as crianças também tiveram uma reação negativa. Mas hoje convivem bem com seus coleguinhas especiais.

“Já levei a cadeira para ele sentar”, diz Rebeca Nogueira, de 5 anos, aluna do Jardim II, referindo-se a um coleguinha que tem paralisia cerebral. “As vezes a gente deixa ele de lado porque ele não sabe fazer nada direito”, diz Ana Caroline de Miranda, de 5 anos, outra coleguinha. “E, de vez em quando, ele bate na gente sem querer”, revela. Rosane, no entanto, explica que o aluno faz isso por causa de sua dificuldade de controlar os movimentos. “Eu geralmente bato nele de volta”, diz Ana. “Eu conto para a tia”, fala Rebeca.

“OS PAIS NÃO TIVERAM ATÉ AGORA OPORTUNIDADE DE DISCUTIR O PROJETO; ELE APENAS NOS FOI IMPOSTO”

Maria Valdete Silva  
mãe de aluna especial

“AS ESCOLAS ESPECIAIS ROUBAM DO INDIVÍDUO SEU POTENCIAL DE CRESCIMENTO”

Eneida de Sá  
diretora da Divisão de Ensino Especial da Fundação Educacional